



015



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL 0200415-5– Vara Única de Mirandiba/PE(Tribunal do Júri)
APELANTE: O Ministério Público Estadual
APELADO: Francisco Sabino da Silva
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima
REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROCURADORA de JUSTIÇA convocada: Dra. Patrícia Carneiro Tavares
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

5729

PROCESSUAL PENAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PREFACIAL DE INTEMPESTIVIDADE AVENTADA PELA DEFESA EM SEDE DE CONTRA-RAZÕES. INACOLHIMENTO. DADOS CONSTANTES NO PROCESSADO QUE DEMONSTRAM A INTERPOSIÇÃO DO RECLAMO NO QUINQUÍDIO LEGAL. PRELIMINAR RECHAÇADA. MÉRITO. ABSOLVIÇÃO POR NEGATIVA DE AUTORIA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NULIDADE DO JULGAMENTO. ACOLHIMENTO DA IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

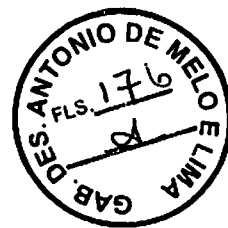
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação crime nº 0200415-5, em que figura, como apelante, o Ministério Público Estadual e, como apelado, Francisco Sabino da Silva, ACORDAM os Desembargadores que integram a 2ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia ____ de ____ de 20____, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso para submeter o réu a novo julgamento, nos termos do voto do relator e revisor, além das notas taquigráficas, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 19 de Mar de 2010

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



016



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL 0200415-5- Vara Única de Mirandiba/PE(Tribunal do Júri)
APELANTE: O Ministério Público Estadual
APELADO: Francisco Sabino da Silva
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima
REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROCURADORA de JUSTIÇA convocada: Dra. Patrícia Carneiro Tavares
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Pela r. sentença de fls. 134/135, proferida em conformidade com a decisão do Conselho de Sentença da Comarca de Mirandiba/PE, FRANCISCO SABINO DA SILVA, qualificado nos autos, foi absolvido do crime de tentativa de homicídio perpetrado contra a vítima *Severino Afonso de Sá*, ocorrido no dia 28 de janeiro de 2007, tendo os Jurados refutado a autoria do delito atribuído ao réu.

O órgão ministerial interpôs recurso de Apelação sustentando que a decisão do Júri mostrou-se manifestamente contrária à prova dos autos(fls. 137 e 141/149).

Contra-razões às fls. 155/156, pelo não conhecimento do recurso, porquanto intempestivo.

Parecer da Procuradoria de Justiça, da lavra da Exma. Procuradora convocada, Dra. Patrícia Carneiro Tavares, às fls. 167/173, pela rejeição da prefacial argüida e, no mérito, pelo provimento do recurso.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 03 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo de Lima
Relator



017



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL 0200415-5 – Vara Única de Mirandiba/PE(Tribunal do Júri)
APELANTE: O Ministério Público Estadual
APELADO: Francisco Sabino da Silva
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima
REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROCURADORA de JUSTIÇA convocada: Dra. Patrícia Carneiro Tavares
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

Da preliminar de intempestividade do apelo

Eminentes Desembargadores,

Ao contrário do que alega o Recorrido, o presente recurso de Apelação é, sim, tempestivo.

A representante ministerial foi intimada da sentença proferida ainda em Plenário no dia 16 de abril de 2009(fl. 120), uma quinta-feira, findando o quinquídio recursal no dia 21 de abril deste mesmo ano, o qual, muito embora, é feriado nacional de Tiradentes, razão por que o prazo ficou prorrogado até o dia útil subsequente, nos termos do art. 789, § 3º, do CPP, ou seja, dia 22 de abril, data na qual foi interposta a peça recursal(fl. 172), portanto, dentro do prazo legal previsto no art. 593, do diploma adjetivo penal.

Por outro lado, ainda que as razões recursais tenham sido ofertadas fora do prazo previsto no art. 600, do CPP, tem-se que tal prazo é considerado impróprio, tratando-se de mera irregularidade, que não impede o conhecimento do recurso.

Assim, tendo em vista que dos dados constantes no processado se consegue perfeitamente aferir a tempestividade do apelo, inacolhível a preliminar aduzida pela defesa.

À luz do exposto, **REJEITO** a preliminar de intempestividade do apelo.

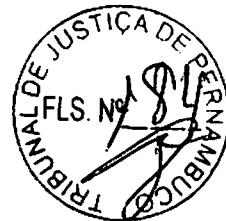
É como voto.

Recife, 19 de maio de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



018



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL 0200415-5- Vara Única de Mirandiba/PE(Tribunal do Júri)
APELANTE: O Ministério Público Estadual
APELADO: Francisco Sabino da Silva
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima
REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROCURADORA de JUSTIÇA convocada: Dra. Patrícia Carneiro Tavares
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

Pretende o apelante ver anulado o julgamento perante o Colegiado Popular, sob o fundamento de que a decisão dos jurados, ao negar a autoria do delito imputado ao réu FRANCISCO SABINO DA SILVA, mostrou-se manifestamente contrária à prova dos autos.

E razão lhe assiste.

É sabido que, em se tratando de decisão soberana do Tribunal do Júri, o recurso eventualmente manejado somente merecerá guarida quando o julgado não encontrar respaldo em nenhuma das teses apresentadas em Plenário. A jurisprudência, inclusive, já se encarregou de esclarecer que a expressão "manifestamente", contida no art. 593, III, alínea "d", do Código de Processo Penal, aplica-se quando a decisão dos jurados tiver sido embasada em tese descabida e sequer articulada nos autos.

In casu, entretanto, a decisão dos senhores jurados dissocia-se da realidade verificada no substrato probante amealhado ao longo da instrução processual, senão vejamos.

Interrogado em juízo, o réu declarou(fl. 44/45):

"...que passou o dia inteiro bebendo...e, portanto, não poderia ter desferido disparos contra Severino;...que acredita que estão querendo lhe prejudicar;...que às 17:00 horas não sabe dizer aonde estava, visto que estava bêbado demais para lembrar das coisas..."

Reinterrogado em Plenário, relatou(fl. 127/129):



019



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

“...que é verdade que passou a manhã bebendo com o Zé, no Beco do Cemitério; que saiu do Beco do Cemitério por volta das 15h30 e decidiu ir para a casa do Zé; que, no caminho, parou no Bar do Doutor que fica na Rua da casa do Zé; que no bar foi a vítima quem lhe ofereceu cachaça e ficou irritada pelo fato dele depoente não ter aceitado a oferta; que é mentira que ele depoente tenha provocado a vítima no bar;...que após a recusa, a vítima disse que iria para a sua casa buscar a arma porque não iria ficar desmoralizada perante às pessoas que estavam no local...que o depoente permaneceu um pouco e resolveu ir para casa buscar a arma para se defender; que a vítima retornou primeiro ao bar com a arma; que a vítima, ao lhe ver, deu um disparo para cima e ele depoente também deu dois disparos também para cima para que ele se afastasse; que ele depoente não pensou em sair do local porque estava bêbado e Severino também estava embriagado;...que ele depoente deu apenas dois disparos para cima e ele depoente não tinha intenção de matar a vítima; que ele depoente fugiu do local porque o povo disse: “a polícia vem aí”...”

Diferentemente das versões apresentadas pelo acusado, estão as provas coligidas.

O ofendido, que sobreviveu aos disparos, em Juízo, relatou(fl. 55/56):

“...que o acusado ofereceu bebida, tendo se negado a beber a cachaça, o que aborreceu o acusado; que o acusado jogou cachaça no declarante; que o acusado, enraivecido, segurou no braço do depoente e perguntou se o depoente queria brigar;...que estranhou a conduta do acusado; que teve medo do acusado em virtude de que o mesmo já tentou matar outras pessoas, sempre de revólver; que o proprietário do bar, Manoel Rufino, repreendeu o acusado determinando que o acusado se retirasse do recinto; que o acusado saiu do referido bar, retornando, em seguida, armado de revólver, efetuando de dois a três tiros contra a pessoa do depoente; que os tiros foram efetuados a cerca de dez metros de distância, estando o depoente de costas; que nenhum dos tiros atingiu o depoente; que os tiros foram



020



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

efetuados de surpresa;...que o acusado achou que tinha atingido o depoente, razão pela qual teria fugido do local... ”.

Em perfeita consonância com as declarações da vítima, estão os demais testemunhos de pessoas que presenciaram o crime.

CRISTIANO INFINITO DOS SANTOS, perante a autoridade judiciária, asseverou(fl. 57):

“...que no local teria ocorrido uma discussão entre o acusado e a vítima, pelo que o proprietário do referido bar mandou que o acusado fosse embora; que a causa da referida discussão foi porque o acusado teria forçado a vítima a tomar um gole de cachaça; que quando o acusado saiu do bar, o depoente não o acompanhou; que após alguns minutos, o acusado retornou ao local; que o acusado, ao retornar, efetuou disparos contra a vítima;...que viu quando o acusado fugiu após efetuar os disparos...”.

O proprietário do bar onde ocorreu o crime, Sr. MANOEL RUFINO DA SILVA, quando ouvido, relatou(fl. 58):

“...que a vítima já estava presente no bar, antes da chegada do acusado; que a causa do fato denunciado foi o fato do acusado ter forçado a vítima a tomar um gole de cachaça; que a vítima se negou a ingerir a bebida ofertada pelo acusado, o que desagradou a este, que, com raiva, jogou a bebida nas pernas da vítima e segurou-a pelo braço; que o depoente pediu que o acusado se retirasse do local; que o acusado retirou-se, porém, arrudiu o estabelecimento, voltando em seguida com um revólver com o qual efetuou os tiros contra a vítima...”.

A única testemunha de Defesa ouvida, Sr. JOSÉ DE SOUZA MORAES, que não assistiu o crime, relatou(fl. 70/71):

“...sua esposa lhe acordou e disse que houve uma troca de tiros entre Francisco e Severino;...que segundo comentários, Severino ficou provocando Francisco antes do tiroteio;...que também



021



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

ouviu comentários de que Severino puxou a arma primeiro para atirar em Francisco...".

Com base nessas provas, o órgão ministerial *a quo* pleiteou a condenação do acusado nos termos da pronúncia, enquanto a Defesa pugnou pela absolvição do réu, sustentando, ainda, a tese de desclassificação do crime de tentativa de homicídio para o delito de disparo de arma de fogo em via pública. É o que se extrai da ata de julgamento (fls. 117/120).

Os Jurados, embora tenham reconhecido a existência do crime na forma tentada, negaram tenha sido o réu o autor dos disparos, por maioria de votos (fls. 131/132).

Ora Senhores, o próprio réu admitiu ter efetuado os disparos, conforme se constatou quando da leitura do segundo interrogatório.

A Exma. Procuradora de Justiça convocada, ao examinar o caderno processual, concluiu que (fls. 167/173):

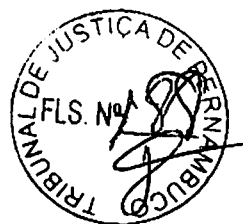
"...Tanto a primeira versão – de negativa de autoria, quanto à segunda – de um "duelo de tiros para o alto" – e a terceira – "tiro a esmo" – não encontram suporte no conjunto probatório, sendo bem firmes e seguros os depoimentos da vítima e das testemunhas presenciais no sentido de que o apelado é quem provocara a vítima, que se encontrava desarmada, tendo deflagrado dois tiros contra esta...".

Rogério Sanches Cunha e outros, discorrendo acerca das hipóteses de cabimento da apelação criminal, notadamente sobre o art. 593, III, "d", do Código de Processo Penal (decisão dos jurados manifestamente contrária a prova dos autos), leciona:

[...] é preciso que a decisão dos jurados seja *manifestamente* contrária à prova dos autos. Assim se entende aquela decisão totalmente divorciada da prova do processo, ou seja, que não encontra nenhum apoio no conjunto probatório colhido nos autos. [...] Se, porém, a decisão dos jurados encontra algum apoio na prova dos autos, tendo eles aderido a uma das versões verossímeis, a decisão é



022



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

mantida, em nome, inclusive, da soberania dos veredictos. Somente - repita-se - aquela decisão que não encontrar qualquer arrimo na prova do processo é que autorizará novo julgamento com base nesse dispositivo penal (*Processo penal prático*. 3. ed. rev. atual. ampl. Salvador: Editora Jus Podivm, 2008, p. 189-190).

É exatamente esse o caso em análise, já que, como exposto anteriormente, a prova produzida não dá margem à negativa de autoria.

Ante tais elementos, em conformidade com o entendimento da Procuradoria de Justiça, **dou provimento** ao recurso ministerial para cassar a r. decisão, submetendo-se o apelado a novo julgamento pelo egrégio Tribunal do Júri.

É como voto.

Recife, 19 de maio de 2019.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

023



APELAÇÃO CRIME: Nº 200.415-5 – Mirandiba (Vara Única)
APELANTE: **Ministério Público do Estado de Pernambuco**
APELADO: Francisco Sabino da Silva
RELATOR: Des. Antônio de Melo e Lima
REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Patrícia Carneiro Tavares
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

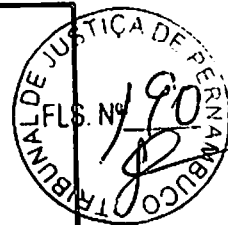
Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador,

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, em face da decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Mirandiba que, conforme se vê da sentença de fls. 134/135, absolveu o acusado FRANCISCO SABINO DA SILVA (vulgo "Fan de Sabino") da acusação de tentativa de homicídio qualificado (art. 121, II c/c o art. 14, II do CP) contra a vítima Severino Afonso de Sá, no dia 28.01.07, por volta das 17hs.

O Ministério Público recorreu, alegando em suas razões (fls. 141/149) que a decisão foi manifestamente contrária à prova dos autos, uma vez que os depoimentos da vítima e testemunhas, aliado ao fato de que o recorrido não conseguiu provar a tese trazida a Plenário, indicam que o fato ocorreu na forma descrita na denúncia, segundo a qual, o acusado desferiu disparos de arma de fogo contra a vítima, assumindo o risco de atingi-la.

Nas contrarrazões apresentadas à fl. 156, a Defesa alega apenas que as razões foram apresentadas em 24.09.09, sendo o recurso intempestivo. Pugna pelo não conhecimento da apelação, mantendo-se a decisão do Tribunal do Júri.



A Procuradoria de Justiça apresentou seu parecer às fls. 167/173, opinando, quanto à preliminar apresentada, que o recurso foi apresentado tempestivamente, e que o prazo para apresentação das razões recursais é considerado como impróprio, tratando-se de mera irregularidade e não impedindo o conhecimento do recurso, cujo marco principal é a manifestação do desejo de recorrer. Sobre o assunto, colacionou julgado do STF. No mérito, conclui que a decisão tomada pelos Jurados não encontra suporte na prova trazida aos autos, e opina pela anulação do julgamento.

Conheço do recurso e passo à análise dos argumentos.

De início, passo a apreciar a **preliminar de intempestividade** apresentada pela Defesa.

Analisando os autos, observo que o julgamento ocorreu dia 16.04.09, portanto, uma quinta feira. Publicada a sentença em Plenário, foram as partes de logo intimadas, iniciando-se o prazo recursal na sexta-feira (dia 17), o qual findou-se dia 21.04.09, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte (dia 22), por se tratar o dia 21 de abril de feriado nacional.

Conforme se vê da fl. 137, o recurso de apelação do Ministério Público foi recebido em 22.04.09, sendo, portanto, tempestivo.

Com relação a apresentação das razões, o que, de fato, somente ocorreu em 30.09.09, tenho que tal prazo não é peremptório, tratando-se a apresentação tardia das razões de mera irregularidade. É assim o entendimento esposado pela Jurisprudência, como se pode verificar dos julgados abaixo:

"I. Hipótese em que o recurso de apelação foi interposto por termo nos autos, exatamente como preceituado no art. 578 do CPP, que foi recebido pelo Magistrado como recurso de apelação, intimando as partes para apresentarem as razões.

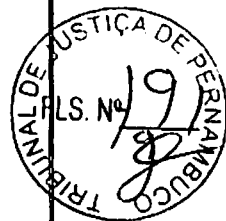
II. Não há qualquer irregularidade na interposição do recurso de apelação pelo Ministério Público, pois a **apresentação tardia das razões do recurso de apelação constitui mera irregularidade, não configurando sua intempestividade.**

(...)" (STJ, REsp 800.297/PR, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2006, DJ 18/12/2006 p. 492) Grifos nossos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

025



HABEAS CORPUS. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RAZÕES INTEMPESTIVAS. NÃO OBSTÁCULO AO CONHECIMENTO DO RECURSO. PRECEDENTES.

De acordo com a pacífica jurisprudência desta Corte, a apresentação de razões do recurso de apelação fora do prazo não acarreta o seu não-conhecimento.

Ordem denegada.

(STJ, HC 28170/MS, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/02/2004, DJ 25/02/2004 p. 196)
Grifos nossos

Assim sendo, **voto pela rejeição da aludida preliminar.**

Passo à análise do mérito recursal.

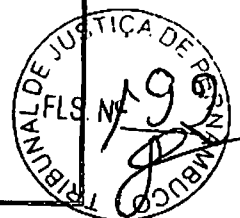
Da prova acostada aos autos, extrai-se que a vítima Severino Afonso de Sá afirmou perante a autoridade policial, que em razão de uma discussão por não ter concordado em tomar o copo de aguardente oferecido pelo acusado, este perguntou se a vítima queria brigar com o mesmo, saiu e depois voltou, momento em que efetuou entre dois e três disparos contra ele, vítima, fugindo com a arma em punho (fls. 19).

Em Juízo, confirmou os fatos narrados, complementando que os tiros foram efetuados da cerca de 10 metros de distância, estando ele, vítima de costas. Ainda, afirmou que os tiros foram efetuados de surpresa e em direção dele, vítima (fl. 55/56).

Cristiano Infinito dos Santos afirmou na fase do inquérito policial que ocorreu uma discussão entre o acusado e vítima, tendo o proprietário mandado que o primeiro fosse embora. Poucos minutos após, o acusado voltou e efetuou dois disparos contra a pessoa de Severino (fl. 17).

Em Juízo, dita testemunha, confirmou os fatos narrados, acrescentando que esteve na companhia do acusado no dia dos fatos. Ainda, afirmou categoricamente que o acusado efetuou dois a três disparos contra a vítima (fl. 57).

A testemunha Manoel Rufino da Silva afirmou perante a autoridade policial que ouviu os disparos de arma de fogo e ficou sabendo que a pessoa conhecida por "Fan" atirou em Severino, não tendo a vítima sido atingida (fl. 21).



Em Juízo, afirmou que o fato ocorreu no bar dele, depoente, e que o motivo do crime foi o fato do acusado ter forçado a vítima a tomar um gole de cachaça, tendo esta se negado a ingerir a bebida ofertada, o que desagradou o acusado. Com raiva, o recorrido jogou a bebida nas pernas da vítima e segurou-a pelo braço. Em seguida, ele depoente pediu que o acusado se retirasse do local, o que foi obedecido, voltando este logo em seguida com um revólver, com o qual efetuou tiros contra a vítima (fl. 58).

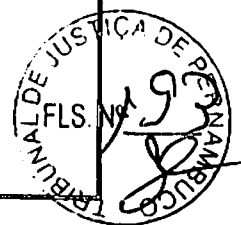
O acusado não foi ouvido perante a autoridade policial, por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, sendo realizado apenas a sua qualificação indireta, segundo fl. 24.

No interrogatório perante o Juízo, o acusado afirmou que a imputação constante da denúncia é falsa, pois no dia dos fatos foi beber no beco do Cemitério com os amigos Romero e Zé, passando o dia todo bebendo com elas, e portanto, não poderia ter desferido disparos contra a vítima. Ainda, afirmou que ficou no beco do Cemitério das 12:30h até às 15:30 da tarde e que às 17:00h (hora em que ocorreu o fato delituoso) não sabe dizer onde estava, pois se encontrava bêbado demais para lembrar das coisas (fl. 44/45).

A testemunha arrolada pela Defesa, José de Souza Moraes, ouvido conforme termo de fls.70/71, declarou que não estava presente no momento dos fatos, mas que por volta das 17:30 e 18:00h sua esposa lhe acordou e disse-lhe que houve uma troca de tiros entre Francisco e Severino. Ainda, que ouviu comentários que a vítima provocou o acusado.

No Plenário, o acusado afirmou que a vítima disse que iria em casa buscar sua arma, ao que aquele resolveu também buscar a sua. Ainda, narrou que quando a vítima chegou ao bar com a arma, ao lhe ver, deu um disparo para cima e ele, acusado, também deu dois disparos para cima, e que ele e vítima fizeram um acordo para um não delatar o outro, a fim de não serem prejudicados, e só ficou sabendo da quebra do acordo quando a vítima foi ouvida em Juízo (fls. 127/128).

Como se vê, a versão apresentada pela vítima e pelas testemunhas presenciais é a mesma, demonstrando exatamente com os fatos ocorreram. A única versão que destoa do conjunto probatório é a apresentada pela testemunha arrolada



pela defesa, que não estava presente no momento do fato, afirmando apenas que ouviu comentários que houve troca de tiros entre vítima e acusado. No entanto, tal informação não encontra ressonância em qualquer elemento de prova, nem se quer no depoimento do acusado, que não admitiu ter "trocado tiros" com a vítima, mas sim que ambos atiraram para cima.

De outro lado, também não é possível conferir qualquer credibilidade aos fatos narrados pelo acusado, em razão do mesmo ter apresentado depoimentos diversos nos dois momentos em que foi ouvido: um em Juízo, quando simplesmente negou a autoria, afirmando não lembrar de nada por estar bêbado, e outro em Plenário, quando afirmou que ele e a vítima atiraram para cima e combinaram não dizer às autoridades, cujo acordo foi "quebrado" pela vítima.

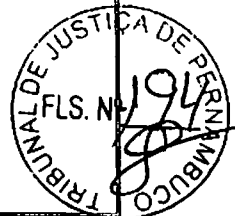
De qualquer forma, na versão apresentada em Plenário, em que afastou o que fora dito em Juízo, o réu não negou ter proferido disparos de arma de fogo, vindo, inclusive, a Defesa levantar a tese de desclassificação do crime para disparo de arma de fogo em via pública, o que não desmente o fato do acusado ter disparado a arma de fogo.

No julgamento, o Júri, ao responder sim à primeira pergunta (*"No dia 28 de janeiro de 2008, por volta das 17 horas, no bar de Manoel Rufino, a vítima, Sr. Severino Afonso de Sá, recebeu tiros de arma de fogo, que não o atingiram?"*), **reconheceu a materialidade do crime de tentativa de homicídio** contra a vítima.

Quando da resposta negativa à segunda pergunta (*"o réu Francisco Sabino da Silva desferiu os tiros de arma de fogo contra a vítima?"*), o corpo de jurados **reconheceu a tese de negativa de autoria, que não encontra qualquer respaldo nos autos.**

O único momento em que aparece nos autos a negativa da autoria é no interrogatório do acusado em Juízo, que logo em seguida foi desmentido por seu depoimento prestado em Plenário.

Sendo assim, o julgamento que acolheu a tese de negativa de autoria está em total contradição com a prova trazida aos autos.



Nesse sentido, de par com o parecer da Procuradoria de Justiça Criminal, entendo que o recurso do Ministério Público deve ser provido, uma vez que a decisão do Tribunal do Júri afastou-se dos elementos probatórios constantes dos autos, devendo, portanto, ser anulado o veredicto do Corpo de Jurados.

Sobre a possibilidade de anulação do julgamento sem afetar a soberania dos veredictos, trago à colação as palavras de Alexandre de Moraes:

"A possibilidade de recurso de apelação, prevista no CPP, quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos, não afeta a soberania dos veredictos, uma vez que a nova decisão também será dada pelo Tribunal do Júri" (MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 77)

E, ainda:

"Recurso e soberania do Tribunal do Júri: não fere o princípio constitucional da soberania dos veredictos a submissão da decisão popular ao duplo grau de jurisdição. É este também um princípio constitucional, merecedor de ser harmonizado com a soberania. Além do mais, a Constituição menciona haver soberania 'dos' veredictos, não querendo dizer que exista um só. Por outro lado, jurados, como seres humanos que são, podem errar e nada impede que o Tribunal reveja a decisão, impondo a necessidade de se fazer um novo julgamento. Isto não significa que o juiz togado substituirá o jurado na tarefa de dar a última palavra quanto ao crime doloso contra a vida que lhe for apresentado para julgamento. Por isso, dando provimento ao recurso, por ter o júri decidido contra a prova dos autos, cabe ao Tribunal Popular proferir uma outra decisão. Esta sim, torna-se soberana." (NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 3ª ed. São Paulo: RT, 2004, p. 889)

Assim sendo, estando a tese acolhida pelos jurados efetivamente divorciada das provas produzidas, admissível é a sua reavaliação pelo Tribunal de Justiça para que seja desconstituída a decisão do Júri, conforme vêm decidindo nossos tribunais. Nesse sentido, observe-se o julgado abaixo:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL E PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO FÚTIL. TRIBUNAL DO JÚRI. CONDENAÇÃO. JULGAMENTO CONTRÁRIO ÀS PROVAS DOS AUTOS. NÃO-OCORRÊNCIA.

1. Em razão do princípio constitucional da soberania dos veredictos, o Tribunal do Júri tem liberdade para escolher uma das versões verossímeis, ainda que esta não seja eventualmente a melhor decisão. 2. **Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

029



Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos, o que não ocorre quando os jurados, amparados pelo conjunto probatório existente, dão sua valoração subjetiva sobre a futilidade da conduta do acusado. Precedentes. 3. Recurso provido para, cassando o Acórdão recorrido, restabelecer a sentença condenatória de primeiro grau. (STJ - RREsp 638003 / PR - 5ª Turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, Data do Julgamento 27/02/2007)

Por tais razões, voto no sentido de **dar provimento ao recurso do Ministério Público**, a fim de anular o julgamento para que outro seja realizado pelo Tribunal do Júri.

Recife, 19 de 05 de 2010 .

Des. Mauro Alencar de Barros
Revisor